



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

CNPJ 87.613.097/0001-96

LEI MUNICIPAL Nº 2828/2016

SÃO MARTINHO/RS, 23 DE JUNHO DE 2016.-

“É DEFINIDA SITUAÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA FORMA DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CARTA MAGNA E AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO EMERGENCIAL POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ARACI ZÉLIA KOLLING IRBER, Prefeita Municipal de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - É definida situação de excepcional interesse público, na forma do inciso IX, do artigo 37, da Carta Magna, e autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder na celebração de contratação em caráter emergencial, por meio de processo seletivo simplificado, para suprimento de necessidades imediatas na Secretaria Municipal de Finanças, de 01 (um) cargo de FISCAL TRIBUTARIO, Carga Horária de 37 horas semanais, Vencimento de R\$ 2.772,71 (dois mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), para integrar o quadro de servidores da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - A contratação de que trata o presente artigo, será conforme o previsto no Art. 194, da Lei Municipal nº 2610/2013 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais), de 19 de novembro de 2013.

Art. 3º - O contrato de que trata o artigo 1º é de natureza administrativa, ficando assegurados ao contratado, os direitos previstos no artigo 197 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Martinho/RS – Lei Municipal nº 2610/2013, de 19 de novembro de 2013.

Art. 4º - Para cobertura das despesas decorrentes da presente Lei, o Poder Executivo Municipal lançará mão de recursos financeiros do Orçamento Vigente.

Art. 5º - Integra a presente Lei, nos termos da Legislação Vigente, se necessário, a previsão de impacto orçamentário financeiro.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO/RS, AOS 23 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2016.-

ARACI ZÉLIA KOLLING IRBER

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

JAIR PAULO KOERBES

Secretario Municipal de Administração



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

CNPJ 87.613.097/0001-96

ANEXO I

CARGO: Fiscal Tributário

PADRÃO: 11

Vencimento: R\$ 2.772,71

ATRIBUIÇÕES

Síntese dos deveres: executar trabalhos na fiscalização e no lançamento dos tributos de competência do Município.

Exemplos de atribuições:

- verificar a ocorrência do fato gerador dos tributos de competência do Município;
- efetuar o lançamento dos tributos de competência do Município e a respectiva notificação dos sujeitos passivos;
- realizar visitas, vistorias e verificações 'in loco' em estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências, bem como nas obras em andamento no Município;
- requerer documentos, livros fiscais e quaisquer outras espécies de expedientes necessários à análise da situação tributária dos sujeitos passivos;
- proceder às inscrições em Dívida Ativa e respectivas notificações;
- cumprir e fazer cumprir a legislação tributária; lavrar autos de infração, aplicando sanções;
- manifestar-se em todos os expedientes relacionados com a legislação tributária;
- auxiliar em estudos para aperfeiçoamento dos procedimentos fiscais;
- auxiliar em estudos para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal;
- dirigir veículos da municipalidade para cumprimento de suas atribuições específicas, mediante autorização da autoridade administrativa;
- verificar imóveis recém construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se";
- intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas aos violadores da legislação urbanística;
- emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades constatadas;
- colaborar nas diversas tarefas referentes às estradas, pontes, etc.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

a) Carga horária: 37 (trinta e sete) horas semanais.

REQUISITOS PARA INVESTIDURA

a) Idade: de 18 anos até 45 anos.

b) Instrução: Curso Superior Completo na área de Administração, Direito, Contabilidade, Economia, Gestão Pública.